

# Governo tem relatório e pede resultado concreto do dia D

13 OUT 1985

Educação

Ao receber ontem, das mãos dos secretários de Educação de todo o País, os relatórios conclusivos sobre o «Dia D» da Educação, o presidente José Sarney disse que «os subsídios à disposição da Nação no setor educacional constituem valoroso acervo que deve ser analisado, estudado exaustivamente, para se tirar resultados concretos».

Sarney recomendou ao setor educacional do País que analise em profundidade os subsídios recolhidos durante o Dia do Debate sobre Educação, pois «a Nação exige que saímos das palavras e entremos na área das ações».

O ministro da Educação, Marco Maciel, que fez a entrega do relatório que condensa as sugestões e críticas provenientes de todos os Estados do País sobre a situação educacional brasileira, destacou o sentido «político-educacional» do «Dia D».

Maciel afirmou que a nova forma de planejar a educação que o MEC está desempenhando «conduz a um novo modelo de ação governamental, onde as soluções para os problemas da população advêm do confronto entre os critérios políticos e os reais interesses dos beneficiários».

Ressaltando que as mudanças requeridas no Dia do Debate são tarefa de toda a sociedade, Maciel disse que a realização da solenidade no dia de ontem, Dia do Professor, é consequência do entendimento de que «toda e qualquer mudança que se pretende fazer em educação terá que começar necessariamente pelo professor».

Como consequência direta da

realização do «Dia-D», Maciel anunciou que o MEC adotará uma política de valorização do professor e « dignificação social do pessoal de magistério».

O documento que o presidente Sarney recebeu das mãos do ministro Marco Maciel condensa as sugestões dos relatórios entregues pelos secretários Estaduais de Educação. Ele contém críticas e sugestões da sociedade e aponta diretrizes para uma nova política educacional, que o MEC começou a implementar este ano, com o lançamento do programa Educação para Todos.

Em linhas gerais, o documento indica que o governo, a partir de agora, vai redefinir a distribuição de verbas, destinando mais recursos às áreas sociais. Além disso, o ensino de 1º e 2º graus vai receber mais recursos do MEC, em contraposição ao ensino superior, que até agora absorve 87% dos recursos do Ministério.

O documento alinha outras prioridades, como aumento da oferta de cursos supletivos gratuitos de 1º e 2º graus e de ensino noturno, ampliação das redes de escolas da zona rural e unificação dos currículos de 1º grau.

O relatório do «Dia D» reflete a preocupação da sociedade com a inclusão do setor educacional nos debates sobre a nova Constituição. As sugestões abrangem debates entre educadores sobre a Constituinte, convocação de educadores para que elaborem propostas concretas para a Constituinte, e pretendem assegurar a efetiva representação de setores ligados

à defesa da escola pública na Constituinte.

## Decreto

O presidente José Sarney assinou decreto, ontem, que garante o repasse dos recursos do salário-educação apenas aos municípios que tenham elaborado plano de carreira de magistério. A medida vai vigorar a partir do final de 86, prazo para que os municípios elaborem os planos.

Em exposição de motivos encaminhado ao presidente, o ministro da Educação, Marco Maciel, ressalta a necessidade de motivar o professor a dedicar-se mais à sua profissão. Segundo o secretário de Ensino de 1º e 2º graus, o plano de carreira do magistério, ou Estatuto do Magistério, assegura o acesso e a promoção do professor de 1º e 2º graus.

O ministro Marco Maciel encaminhou ontem ao presidente do Conselho Federal de Educação, Paulo Natanael, pedindo para que o CFE estude «medidas urgentes», destinadas a elevar a carga horária das disciplinas de português e matemática, nas escolas de 1º e 2º graus.

No ofício encaminhado ao presidente do CFE, Maciel ressalta que as sugestões apresentadas no Dia Nacional do debate sobre Educação mostram a insatisfação com os atuais currículos.

A medida visa, segundo o ofício, possibilitar «a leitura, a escrita, e a compreensão da língua nacional, bem como o domínio dos símbolos e operações matemáticas fundamentais», no ensino básico.